

fiscalização



ASPECTOS GERAIS

CONTROLE INTERNO

- No âmbito de **cada poder**
- Deve **apoiar** o controle externo
- Ao tomar conhecimento de qualquer **irregularidade ou ilegalidade**, deve cientificar o **TCU**

CONTROLE EXTERNO

- Por órgão que **não** integra o poder sendo fiscalizado
- Pelo poder **legislativo** (pode haver participação popular)

FISCALIZAÇÃO (C.O.P.O)

- Fiscalização **contábil, orçamentária, patrimonial e operacional**
- Pelo **Congresso Nacional**, com auxílio do **TCU** (Assembleia Legislativa) (TCE)
- Objeto:
 - Legalidade
 - Aplicação de subvenções
 - Renúncia de receitas
 - Legitimidade
 - Economicidade

TRIBUNAIS DE CONTAS

Auxiliam o Poder Legislativo

- Órgão **independentes** e **autônomos** sem subordinação hierárquica a qualquer dos poderes
- Sua atuação alcança **toda** a administração pública (direta e indireta) de todos os **poderes**

SÚMULA 347 (STF): "Os TCs, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade de leis e atos do poder público" **⚠ SUPERADA!**

Em 2021, o Plenário Virtual do STF consolidou o entendimento de que os **TCs não podem realizar o controle de constitucionalidade com efeitos abstratos e vinculantes** das normas e a súmula 347 foi tecnicamente afastada.

- **Não** têm função jurisdicional

TCU

- = 9 ministros

têm prerrogativas, vencimentos, impedimentos e vantagens dos ministros do STJ

Escolha dos membros: { 1/3 → Presidente da República
2/3 → Congresso Nacional

REQUISITOS

1. Entre **35** e **70** anos **⚡-NOVIDADE!** (EC.122/22)
2. Notável saber jurídico, contábil, econômico, financeiro ou de administração pública
3. Reputação ilibada e idoneidade moral
4. **> 10 anos** de exercício de função ou atividade profissional relacionada

- Decisões de que resultem **título executivo** { Débito ou Multa } terão eficácia de **título executivo**
- Relatório de atividades → trimestral e anual

fiscalização

= TRIBUNAIS DE CONTAS =

TCU

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

- Apreciar as contas anuais do Presidente da República (via parecer prévio)
- Julgar contas dos administradores e demais responsáveis de bens/valores públicos
- Apreciar (para registro) legalidade de:
 - Admissão de pessoal (salvo em comissão)
 - Concessões de aposentadorias, reformas e pensões
- Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela união (convênio, acordo...)
- Sustar execução de **ato** impugnado, se a entidade não tomar as providências
 - No caso de **contrato** → a sustação será feita pelo **Congresso Nacional**

TCEs

- Obedecem no que couber às regras do TCU
- Membros = 7 conselheiros
 - Escolha dos membros { 1/3 → poder **executivo**
2/3 → poder **legislativo**
- Responsáveis pelo **controle externo** da administração pública estadual
- **FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS:** pelo poder legislativo municipal + sistemas de controle interno do poder executivo municipal
 - Com auxílio de:
 - TCE
 - Tribunais de contas dos(s) município(s)
 - Conselhos dos municípios
 - onde houver

TCMs

- É **vedada** a criação de } Tribunais
Órgãos de }
contas } municipais
- Atualmente, existem o **TCM-SP** e **TCM-RJ**
(existiam antes da CF/88)
- Pode-se criar órgão **estadual** com competência sobre **todos** os municípios:
TCM-GO, TCM-BA e TCM-PA